



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEAUD

PLANO DE CAPACITAÇÃO



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. FINALIDADE
3. REFERÊNCIAS
4. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
5. DADOS GERAIS DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
6. PÚBLICO ALVO
7. TRILHA DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

8. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS EM 2024

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

10. EQUIPE TÉCNICA

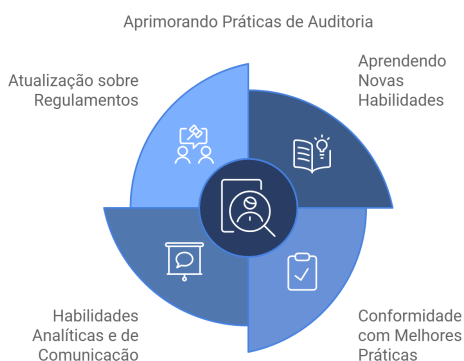
1 - APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-Aud / SEAUD, para o Exercício de 2025, é direcionado para as ações de capacitação dos servidores e servidoras lotados na Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD) da Justiça Militar da União (JMU), devendo as ações de treinamento contribuir para o alargamento de competências individuais e coletivas e para a excelência nos níveis gerencial, técnico e comportamental, aumentando o conhecimento nas áreas de atuação das equipes, ampliando habilidades e, conseqüentemente, desenvolvendo as competências necessárias para se alcançar um maior nível de profissionalismo e confiabilidade na execução dos trabalhos de auditoria.

A [Resolução n.º 309/2020](#), expedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelece diretrizes técnicas e normas voltadas à auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário. Dentre as diversas orientações contidas na resolução, em seus arts. 69 a 72, destaca-se a importância da elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud), com vistas a desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação das equipes de auditoria interna.

Conforme alteração introduzida pelo art. 3º da [Resolução CNJ n.º 422/2021](#), é recomendável, ainda, que esse plano contemple, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na unidade, observada a disponibilidade orçamentária do Superior Tribunal Militar.

O Plano Anual de Capacitação desempenha um papel fundamental na qualificação contínua dos auditores internos. A Resolução 309/2020 sublinha que a auditoria interna é uma função técnica especializada, cujo desempenho exige conhecimentos atualizados e habilidades específicas em áreas como governança, gestão de riscos e controles internos. Neste contexto, o plano de capacitação é essencial para garantir que os auditores:



1. Aprendam novas habilidades em relação a métodos e técnicas de auditoria, bem como tecnologias em desenvolvimento;
3. Mantenham-se conforme as melhores práticas internacionais de auditoria e controle interno, aprimorando a eficácia das auditorias realizadas;
4. Aperfeiçoem as suas capacidades analíticas e de comunicação, fundamentais para a elaboração de relatórios de auditoria que possam influenciar melhorias nos processos institucionais;
5. Atualizem seus conhecimentos sobre normas, leis e regulamentos aplicáveis ao Poder Judiciário.

As ações de capacitação serão propostas tendo como objetivo geral evidenciar a necessidade de capacitar, qualificar e desenvolver de forma continuada os servidores que integram a equipe da Secretaria de Auditoria Interna, dotando-os de competências apropriadas e suficientes para o alcance dos seguintes objetivos específicos:



- I) Aumentar a qualidade do trabalho desenvolvido internamente e em cooperação com o Tribunal de Contas da União (TCU) no que diz respeito à aprovação das contas;
- II) Aperfeiçoar a atuação profissional, de modo a agregar valor à Administração e entregar resultados efetivos e mensuráveis à sociedade;
- III) Contribuir para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos pela Justiça Militar da União;
- VI) Fomentar o progresso contínuo dos funcionários e aprimorar o desempenho da área de Auditoria;
- VII) Auxiliar no aprimoramento das técnicas e procedimentos utilizados na realização dos trabalhos de Auditoria Interna;
- VIII) Possibilitar a aquisição de novas competências;
- IX) Proporcionar formação básica de auditor aos novos servidores ingressantes na unidade de auditoria ou reforçar o conhecimento dos servidores antigos;
- X) Estimular o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais;
- XI) Incentivar a obtenção de certificação e qualificação profissional;
- XII) Capacitar tecnicamente a equipe de auditoria para os temas a serem auditados futuramente.

Para a elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC/AUD foram identificadas as competências técnicas e gerenciais da SEAUD, as lacunas de conhecimentos identificadas para a execução dos trabalhos, a partir dos temas ou processos auditáveis previstos no Plano Anual de Auditoria (PAA) e as habilidades específicas necessários para o desenvolvimento de outras atividades inerentes à SEAUD.

É importante salientar que a necessidade de capacitação identificada é indispensável para o desempenho das atribuições dos servidores da SEAUD e pretende o desenvolvimento das áreas de auditoria interna conforme as boas práticas atuais e a integração entre os órgãos. Além disso, a participação de auditores em debates, como o Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, o Fórum Nacional de Controle promovido pelo TCU ou o Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, Congresso Brasileiro de Auditoria Interna, ampliam a visão estratégica e internalizam boas práticas existentes em outros órgãos da Administração Pública.

Ademais, devido ao ingresso de novos servidores nesta Secretaria e à atualização frequente de normas, é necessário manter cursos para formação básica de auditores, conforme art. 69, § 2º, da Resolução CNJ 309/2020. São cursos de Auditoria Governamental; Normas Internacionais de Auditoria; Auditoria Baseada em Risco; Governança Pública; e Gestão de Riscos.

A atualização constante também aumenta a confiança no trabalho da auditoria interna, pois os auditores estarão mais preparados para identificar riscos e propor soluções eficazes, além de estarem preparados para se adaptar às mudanças nas demandas regulatórias e operacionais.

Conforme preceitua o art. 3º da [Resolução n.º 308/2020](#) do Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal Militar dará suporte orçamentário, sendo no Exercício de 2025 uma previsão de R\$ 125.400,00 (cento e vinte cinco mil e quatrocentos reais) visando garantir o funcionamento adequado da Secretaria de Auditoria Interna e a implementação do PAC-Aud - Ano 2025, conforme proposta orçamentária apresentada no Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle (SIPOC).

Além disso, poderão ocorrer, desde que devidamente justificadas, eventuais ações de capacitação não previstas no PAC-Aud, sendo que podem surgir auditorias e consultorias extraordinárias, não previstas no PAA de 2025 - SEI n.º 3913452, que podem demandar capacitações adicionais, para desenvolver competências que irão auxiliar na realização das auditorias, ou então novos cursos que podem ser desenvolvidos em 2025.

O Plano Anual de Capacitação, conforme preceitua a Resolução 309/2020, é um elemento fundamental para assegurar que as auditorias internas do Judiciário sejam conduzidas com excelência técnica, contribuindo efetivamente para a boa governança e a prestação de contas no setor público, tornando mais eficiente o uso dos recursos disponíveis ao auxiliar na priorização das ações de treinamento necessárias ao cumprimento do Plano Anual de Auditoria (PAA).

2 - FINALIDADE

Desenvolvimento do Plano Anual de Capacitação da Secretaria de Auditoria Interna - PAC-Aud / SEAUD, para o Exercício de 2025, que visa à regulação das atividades de capacitação para os servidores da SEAUD e ao desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do Auditor Interno, para o desenvolvimento de auditorias e consultorias.

3 - REFERÊNCIAS

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º [308/2020](#), a qual organiza as atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria;

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º [309/2020](#), que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências;

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º [422/2021](#), a qual altera a Resolução CNJ n.º 308/2020, que organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria, bem como a Resolução CNJ n.º 309/2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud) e dá outras providências;

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º [192/2014](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

Resolução do Superior Tribunal Militar (STM) n.º 300/2021 - SEI n.º 2292916, que aprova o Estatuto da Secretaria de Auditoria Interna da Justiça Militar da União (JMU);

Ato Normativo do Superior Tribunal Militar (STM) n.º 489/2021 - SEI n.º 2290816, que dispõe sobre a instituição do Código de Ética para servidores e servidoras da Secretaria de Auditoria Interna da Justiça Militar da União;

Ato Normativo do Superior Tribunal Militar (STM) n.º 540/2022 - SEI n.º 2533360, que dispõe sobre o Manual de Organização do Superior Tribunal Militar;

Resolução do Superior Tribunal Militar (STM) n.º 360/20224 - SEI n.º 3934010, que altera a estrutura organizacional do Superior Tribunal Militar. Boletim da Justiça Militar;

Plano de Auditoria de Longo Prazo da Justiça Militar da União - PALP/JMU - Período 2022 até 2025 - SEI n.º 2294771; e

Plano Anual de Auditoria da Justiça Militar da União - PAA/JMU - Ano 2025 - SEI n.º 3913452.

4 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando a necessidade de promover a efetividade do contido nos artigos 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, com padrões que permitam a sua integração, na forma neles preconizada;

Considerando a Resolução do CNJ n.º 308, datada de 11 de março de 2020, a qual organiza as atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria;

Considerando a Resolução do CNJ n.º 309, datada de 11 de março de 2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud) e institui o Plano Anual de Capacitação de Auditoria da Secretaria de Auditoria Interna (PAC-Aud/SEAUD), visando o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor;

Considerando a Resolução do CNJ n.º 422, de 28 de setembro de 2021, que alterou a Resolução CNJ n.º 308/2020, bem como a Resolução CNJ n.º 309/2020;

Considerando a Resolução do CNJ, n.º 192, de 08 de maio de 2014, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

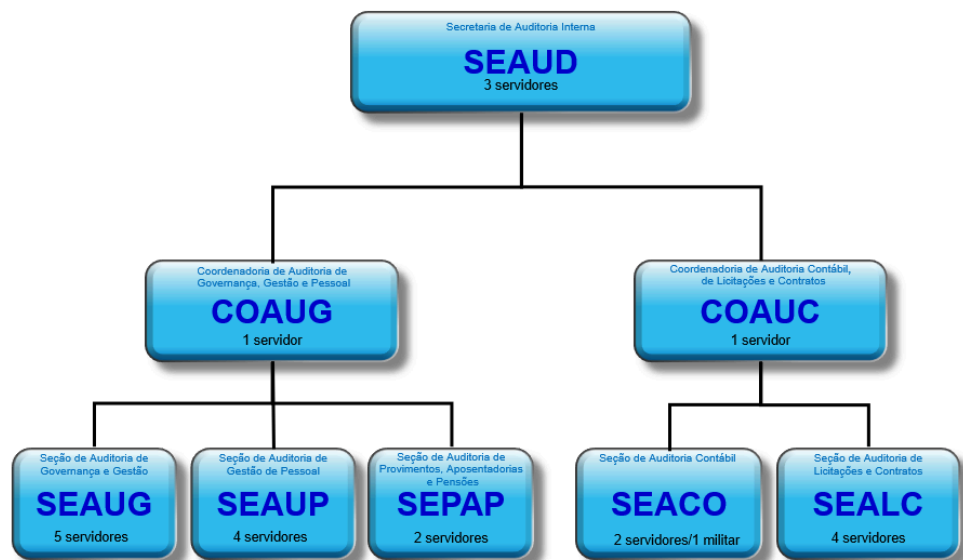
Considerando a necessidade de se desenvolver um plano de capacitação para atender a totalidade dos servidores da SEAUD, de forma que sejam permanentemente capacitados, por meio de eventos internos e externos, visando o aperfeiçoamento e atualização das atividades desenvolvidas, bem como a busca de novos conhecimentos, melhorando assim as atribuições atinentes à Auditoria Interna e de Consultoria;

Considerando que a Auditoria Interna é atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria visando agregar valor às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, procurando atender as determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como também demais demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e

Considerando as justificativas específicas de cada área, apresento a Vossa Excelência o Plano Anual de Capacitação da Secretaria de Auditoria Interna - PAC-Aud / SEAUD, para o Exercício de 2025, com as necessidades de treinamento desta Secretaria de Auditoria Interna.

5 - DADOS GERAIS DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

5.1 - UNIDADES TÉCNICAS DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



5.1.1 - A seguir, apresenta-se o número de servidores em teletrabalho, revezamento e regime integral:

Unidades SEAUD	Servidor Efetivo/Militar
Secretário de Auditoria Interna	01 Servidor Efetivo, em regime integral.
Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna (GASEAUD)	02 Servidor Efetivo, em regime de revezamento.
Coordenadoria de Auditoria de Governança, Gestão e Pessoal (COAUG)	01 Servidor Efetivo, em regime integral.
Seção de Auditoria de Governança e Gestão (SEAug)	05 Servidores Efetivos, sendo 02 em regime de teletrabalho integral e os demais em regime de revezamento.
Seção de Auditoria de Pessoal (SEaup)	04 Servidores Efetivos, sendo 2 em teletrabalho integral e os demais em regime de revezamento.
Seção de Auditoria de Proventos, Aposentadorias e Pensões (SEpap)	02 Servidores Efetivos, em regime de revezamento.
Coordenadoria de Auditoria Contábil, de Licitações e Contratos (COAUC)	01 Servidor Efetivo, em regime integral.
Seção de Auditoria Contábil (SEaco)	02 Servidoras Efetivas e 01 militar, sendo 01 em regime de teletrabalho integral e os demais em regime de revezamento.
Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEalc)	04 Servidores Efetivos, sendo 02 em regime de teletrabalho integral, 01 em regime de revezamento e 01 em regime integral.

6 - PÚBLICO ALVO

Servidores lotados na Secretaria de Auditoria Interna da Justiça Militar da União;
 Convidados do Superior Tribunal Militar (Demais servidores da Justiça Militar da União);
 Demais Órgãos de Auditoria Interna do Poder Judiciário da União.

7 - TRILHA DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

7.1 - APLICÁVEL A TODOS OS SERVIDORES DA SEAUD E CONVIDADOS

Descrição da Competência da Secretaria de Auditoria Interna da Justiça Militar da União: A Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD), vinculada direta e administrativamente ao Presidente, reporta-se funcionalmente ao Plenário do Superior Tribunal Militar (STM) e tem por finalidade prestar serviços de auditoria, de avaliação (*assurance*) e de consultoria com o propósito de auxiliar a organização no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa do Tribunal e de seus órgãos subordinados. É vedado à Secretaria de Auditoria Interna, em função de suas atribuições precípua, exercer atividades típicas de gestão.

7.1.1 - CAPACITAÇÃO PELO INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL - IIA

- CURSO AUD 1 - Ênfase em Órgãos Públicos**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Capacitar os participantes em conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental.

- CURSO AUD 2 - Ênfase em Órgãos Públicos**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Apresentar aos participantes conceitos sobre riscos, transparência e governança, além de abordar o planejamento estratégico e a garantia de qualidade da auditoria interna e técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos.

- **CURSO - COSO ERM - Enterprise Risk Management (Gestão de Riscos Corporativos)**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Aprender os conceitos do Gerenciamento de Riscos Corporativos (GRC) do novo COSO ERM 2017, reconhecer o valor do GRC na definição e execução da estratégia e objetivos de negócio, entender a relação entre performance e GRC e agregar potencial de aplicação prática.

- **CURSO - COSO ICIF**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Demonstrar como a abordagem em princípios pode ser usada para desenvolver, implementar e avaliar o controle interno, discutir as consequências da nova estrutura, além de identificar oportunidades para sua utilização para gerar valor agregado nos serviços de avaliação e consultoria.

- **CURSO CIA - Parte 1 - Certified Internal Auditor - Princípios de Auditoria Interna**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o profissional de Auditoria Interna para a realização do Exame CIA - Parte 1, conferindo ganhos de qualidade, tanto ao profissional quanto para as atividades de Auditoria Interna.

- **CURSO CIA - Parte 2 - Certified Internal Auditor - Prática de Auditoria Interna**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o profissional de Auditoria Interna para a realização do Exame CIA - Parte 2, conferindo ganhos de qualidade, tanto ao profissional quanto para as atividades de Auditoria Interna.

- **CURSO CIA - Parte 3 - Certified Internal Auditor - Prática de Auditoria Interna**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o profissional de Auditoria Interna para a realização do Exame CIA - Parte 3, conferindo ganhos de qualidade, tanto ao profissional quanto para as atividades de Auditoria Interna.

- **CURSO - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM)**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Identificar os fundamentos necessários para uma Auditoria Interna eficaz no setor público, refletindo os principais avanços em governança, negócios e gerenciamento de riscos; e na profissão de Auditoria Interna.

Atualizado com os processos-chave da área (KPAs), para desenvolvimento profissional, práticas e conceitos inovadores atuais e em transformação.

- **CURSO - AFA - Auditoria Financeira para Auditores Internos**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Compreender os principais termos contábeis, regras contábeis, equações e princípios básicos; demonstrar como os lançamentos contábeis são usados para fins contábeis; discutir a hierarquia GAAP do *Financial Accounting Standards Board*, conforme a *FASB Statement* n.º 162; revisar as características das principais demonstrações financeiras; calcular os principais índices das demonstrações financeiras de uma empresa; diferenciar entre o reporte gerencial e o reporte de demonstração financeira consolidada; analisar dados usando análise horizontal e vertical; descrever as atividades do processo de receita e regras associadas; praticar o uso de um modelo de avaliação de riscos para analisar riscos e criar e testar controles; identificar os elementos básicos da fraude contábil; discutir como o *Enterprise Resource Planning* (ERP) apoia e automatiza os processos de negócios; identificar técnicas de auditoria a serem usadas na realização de uma revisão de aplicação de uma auditoria financeira.

- **CURSO - Consultoria no Setor Público**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o Auditor Interno para compreender os fundamentos de Consultoria no Setor Público e Teoria da Agência, planejamento de Consultoria e Tipos de Planejamento (PALP, PAA, Planejamentos Individuais), atividades Práticas para exercer a elaboração de um Programa de Consultoria e emissão dos relatórios e Monitoramentos, como os principais tipos de comunicação: relatórios intermediárias e finais. Nota de consultoria, ata de reunião, ação de capacitação, guias, cartilhas e orientação. Análise em conjunto com o demandante. Publicação das comunicações finais. Sistemática e formas de monitoramento pactuadas. Quantificação de benefícios reais da consultoria."

- **CURSO - Curso Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ n.º 308/2020 e 309/2020 – Teoria e Prática.**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o Auditor Interno para compreender o contexto da Auditoria Interna no Poder Judiciário; conceitos e Definições da Resolução CNJ 309/2020; Pré-Requisitos de Auditoria no Poder Judiciário, **Normas de Auditoria no Poder Judiciário**; Execução de Auditoria; Relatório de Auditoria e Monitoramento; Consultoria e Programa de Qualidade.

- **CURSO - Curso de Contabilidade Pública no Setor Público**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Prepara o Auditor Interna para entender o aspecto conceitual: contextualização; aspectos orçamentário e patrimonial da CASP; alcance e autoridade; e características qualitativas; PCASP e DCASP: aspectos gerais e estrutura do PCASP; informações complementares – IC; lançamentos contábeis; apresentação dos aspectos conceituais e estruturas das DCASP; PCO – Receita: contextualização dos procedimentos contábeis orçamentários e extra orçamentários; princípios orçamentários; classificação da receita orçamentária; apresentação de estágio da receita orçamentária; e lançamento contábil da receita; PCO – Despesa: classificação da despesa orçamentária; apresentação das etapas da despesa orçamentária; e lançamento contábil da despesa.

- **CURSO - Curso de Análise e Avaliação das Demonstrações Contábeis do Setor Público à Luz da Auditoria Contábil-Financeira.**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o Auditor Interno para analisar e entender as Demonstrações Contábeis no SP; Aspectos Gerais da Auditoria Contábil-Financeira; Análise do Balanço Orçamentário; Análise do Balanço Financeiro; Análise do Balanço Patrimonial; Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais; Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa; Análise da Demonstração das Mutações do PL; Análise da Demonstração das Mutações do PL; Análise das Notas Explicativas; Avaliação da Consistência das Demonstrações Contábeis; Definição do Escopo e Aplicação de Testes Substantivos no âmbito da Auditoria Contábil-Financeira.

- **CURSO - Prático de Tesouro Gerencial – Funcionalidades e Elaboração de Relatórios de Gestão**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Capacitar os servidores deste Superior Tribunal Militar (STM) nas matérias relacionadas ao SIAFI e Tesouro Gerencial, do básico ao intermediário, e suas nuances, essenciais às atividades na área de Auditoria Interna, Orçamento, Contabilidade e na área Financeira.

- **CURSO - Execução Orçamentária, Financeira e Contábil integradamente na Administração Pública.**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Preparar o Auditoria Interno para compreender a estrutura da Administração Pública Brasileira; Finanças Públicas; Despesas Públicas; Orçamento Público; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Administração e Execução de Materiais e Controle na Administração Pública.

7.2 - APLICÁVEL AOS SERVIDORES LOTADOS NO GABINETE DA SEAUD

Descrição da Competência do Gabinete da SEAUD: Coordenar, planejar, organizar e executar as atividades de apoio técnico-administrativo, assistindo ao titular da Secretaria de Auditoria Interna na aplicação da legislação, dos regulamentos e da jurisprudência pertinentes às matérias inerentes às áreas de atuação da Auditoria Interna, bem como desenvolver as atividades técnicas relativas ao acompanhamento e gerenciamento dos projetos da SEAUD.

- **CURSO - Introdução à Governança Pública Aplicada ao Setor Público com base no Guia do TCU**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Capacitar servidores a avaliar políticas e práticas que possibilitem o aperfeiçoamento da Governança Pública, a partir das referências teóricas do Tribunal de Contas da União(TCU), entendimento Jurisprudencial e da apresentação e discussão da estrutura e práticas em órgãos do Setor Público. O Perfil da Governança na Administração Pública Federal; Índices de Governança; O Papel da Auditoria Interna; Modelos, Estruturas e Instâncias da Governança; Deficiências no Processo de Gestão; Métodos de Avaliação da Governança.

- **CURSO - A Importância dos Indicadores de Desempenho para a Governança Pública e a Gestão por Resultados**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Capacitar os servidores em técnicas de elaboração, implantação e monitoramento de indicadores de desempenho, com foco na gestão para resultados, aprimorando desta feita o processo de avaliação dos indicadores de gestão. Definição do Desempenho Organizacional: Indicadores: conceituação, características e classificação; elaboração de indicadores de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência e execução. Mensuração do desempenho organizacional: Identificação de indicadores de desempenho; construção de indicadores de resultados; estabelecimento de metas, valores e prazos a partir dos conceitos de exatidão e precisão. Aperfeiçoamento do desempenho organizacional: Melhoria contínua das organizações a partir do ciclo PDCA; avaliação de indicadores de desempenho; modelo de monitoramento organizacional a partir de indicadores de desempenho.

- **CURSO - Programa de Integridade Organizacional**

Modalidade: Presencial ou à distância (a definir).

Objetivo do Curso: Capacitar os servidores na gestão da integridade corporativa, amparada em metodologias e em padrões de eficácia comprovada demonstrados por meio do estudo de casos, estudando métodos de controles adequados em processos críticos que possibilitem a melhoria contínua da integridade organizacional. Estrutura conceitual: o que é e para que serve, requisitos, pilares e responsabilidades; Gestão da Integridade Baseada em Riscos; Controles Detectivos; Respostas a incidentes; processos e procedimento; e Melhoria contínua.

7.3 - APLICÁVEL AOS SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE AUDITORIA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PESSOAL (COAUG)

Atribuições Finalísticas de cada Subunidade da Secretaria de Auditoria Interna

Coordenadoria de Auditoria de Governança, Gestão e Pessoal (COAUG)

I - planejar e propor as ações de avaliação e consultorias nas áreas e processos relacionados à governança institucional, à gestão, à governança da gestão de pessoal, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais, das consultorias, das avaliações coordenadas de auditoria, determinadas pelo do Conselho Nacional de Justiça, além de avaliar atos e processos administrativos referentes ao universo de auditoria quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, formalidade e autenticidade da documentação suporte;

II - auxiliar, assessorar e comunicar ao Secretário de Auditoria Interna todos os assuntos relativos às matérias concernentes às áreas de atuação da unidade, de modo a promover o duplo reporte junto ao Ministro Presidente e à alta gestão;

III - revisar e coordenar a emissão de relatório de auditoria, bem como de consultoria dos assuntos afetos às Seções sob a responsabilidade desta coordenadoria;

IV - revisar e coordenar a emissão de recomendação às unidades do Tribunal, por intermédio da Secretaria de Auditoria Interna, para correção de falhas, omissões ou impropriedades identificadas nas ações de auditoria, bem como melhorias nos processos de trabalho das unidades auditadas;

V - garantir, em conformidade com as normas editadas pelos órgãos competentes, a guarda e disponibilidade dos relatórios, pareceres, documentos e papéis de trabalho da coordenadoria;

VI - coordenar e supervisionar os trabalhos de auditoria e consultoria nas áreas e processos relacionados a sua área de atuação e acompanhar o monitoramento das providências adotadas pelas unidades auditadas em decorrência de recomendações expedidas;

VII - supervisionar e coordenar as avaliações do programa de qualidade de auditoria;

VIII - coordenar e supervisionar, a realização da auditoria de conformidade dos atos de gestão e a elaboração dos relatórios e pareceres, relacionados à certificação das contas anuais da JMU junto ao Tribunal de Contas da União;

IX - supervisionar a realização da auditoria e certificação das contas anuais do STM, dentro da sua área de atuação, junto ao Tribunal de Contas da União;

X - coordenar e supervisionar o planejamento das atividades de auditoria, a elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA), do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), com a contribuição das outras unidades da SEAUD;

XI - coordenar e supervisionar a consolidação das atividades de auditoria e consultoria no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), com a contribuição das outras unidades da SEAUD;

1. Seção de Auditoria de Governança e Gestão (SEAUG)

a) avaliar a governança, a gestão e o cumprimento dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da Justiça Militar da União;

b) realizar avaliações coordenadas de auditoria, conforme determinações do Conselho Nacional de Justiça;

c) avaliar a transparência e a prestação de contas do Tribunal, especialmente o atendimento dos preceitos e comandos da Lei de Acesso à Informação, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e de normativos e decisões do Tribunal de Contas da União;

d) avaliar os resultados da atividade finalística com vistas a compor a prestação de contas anual a ser realizado com auxílio das unidades responsáveis pela atividade no órgão e conforme as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União;

e) avaliar a estrutura de gerenciamento e a gestão de riscos nos trabalhos da área de atuação da unidade;

f) realizar avaliação e consultoria nos processos de governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC), considerando a estratégia, os riscos e os *compliance institucionais*;

g) realizar avaliação e consultoria acerca da gestão da tecnologia da informação (TI);

h) avaliar os sistemas informatizados e bases de dados da JMU quanto aos aspectos de confidencialidade, integridade, disponibilidade, qualidade e eficiência, bem como quanto à aderência aos padrões e boas práticas usualmente estabelecidos;

i) realizar avaliação e consultoria acerca do cumprimento da obrigação de prestar contas no âmbito da Justiça Militar da União;

j) realizar avaliação e consultoria nos demais trabalhos de avaliação e de outras naturezas, conforme a área de atuação;

k) efetuar avaliação dos procedimentos e informações relacionados à prestação de contas anual do Tribunal no tocante à área da competência da seção, em conjunto com as demais unidades da SEAUD, quando cabível;

- l) elaborar e consolidar minutas dos relatórios e certificados relacionados à prestação de contas anual do Superior Tribunal Militar junto ao Tribunal de Contas da União, em conjunto com as demais unidades da SEAUD, quando cabível;
- m) consolidar informações e dados estatísticos das atividades realizadas anualmente para compor os papéis de trabalho do Relatório de Gestão da Justiça Militar da União;
- n) auxiliar e prestar assistência à Coordenadoria de Auditoria de Governança, Gestão e Pessoal (COAUG), em assuntos de natureza técnico-administrativa e de projetos, relativos às matérias concernentes às áreas de atuação da unidade;
- o) publicar no Portal do Superior Tribunal Militar e no Portal da Justiça Militar da União as informações relativas à Seção de Auditoria de Governança e Gestão;
- p) avaliar os controles internos e a conformidade dos processos operacionais relacionados à gestão estratégica;
- q) emitir, nos casos de Tomada de Contas Especial, análises e avaliações, conforme sua área de atuação, em conformidade com o disposto nas normas regulamentares do Tribunal de Contas da União;
- r) monitorar as providências adotadas pelas unidades auditadas, em decorrência de impropriedades e irregularidades detectadas, manifestando-se sobre a eficácia das medidas regularizadoras;
- s) consolidar o planejamento das atividades de auditoria da SEAUD;
- t) elaborar o Plano Anual de Auditoria (PAA), com a contribuição das outras unidades da SEAUD;
- u) elaborar o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), com a contribuição das outras unidades da SEAUD;
- v) elaborar e consolidar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), com a contribuição das outras unidades da SEAUD;
- x) emitir as avaliações do programa de qualidade de auditoria, conforme sua área de atuação.

2. Seção de Auditoria de Gestão de Pessoal (SEAUP)

- a) realizar auditoria de pessoal, avaliando os procedimentos adotados na concessão e/ou no pagamento de vencimentos, gratificações, adicionais, auxílios, entre outros temas;
- b) realizar consultorias em temas afetos à folha de pagamento de pessoal, na forma regulamentada;
- c) planejar as abordagens das ações de avaliação, fiscalização e de consultorias da área de atuação da Seção;
- d) executar os procedimentos e testes de auditoria acerca dos objetos examinados;
- e) avaliar a gestão de riscos e os controles nas auditorias e consultorias realizadas nas áreas de atuação da Seção;
- f) desenvolver e executar as trilhas de auditoria contínua para avaliação de rubricas e processos concernentes à folha de pagamento;
- g) analisar, monitorar e atuar como mediador entre o TCU e a DIPES, quanto aos indícios de irregularidades apontados pelo TCU, relativos à folha de Pagamento da JMU, e encaminhar os esclarecimentos por meio do sistema e-Pessoal do TCU;
- h) avaliar os procedimentos relacionados a benefícios, desempenho e desenvolvimento referentes à gestão de pessoal, entre outros assuntos;
- i) monitorar as providências adotadas pelas unidades auditadas, em decorrência de impropriedades ou irregularidades detectadas, manifestando-se sobre as medidas regularizadoras;
- j) emitir informações, análises ou avaliações, conforme sua área de atuação, passíveis de serem consignadas na prestação de contas anual da JMU junto ao TCU;
- k) elaborar relatórios de auditoria e de consultoria da área de atuação da Seção;
- l) emitir informações e dados estatísticos das atividades realizadas anualmente para compor os papéis de trabalho do Relatório de Gestão da JMU, do Relatório Anual de Atividades (RAINT) e do Relatório de Auditoria de Conformidade dos Atos de Gestão da JMU;
- m) emitir, nos casos de Tomada de Contas Especial, o relatório e o certificado de auditoria correspondente, em conformidade com o disposto nas normas regulamentares do TCU, conforme sua área de atuação;
- n) auxiliar e prestar assistência ao Coordenador(a) de Governança, Gestão e Pessoal em assuntos de natureza técnico-administrativa e de projetos, relativos às matérias concernentes às áreas de atuação da Seção;
- o) publicar no Portal do STM e no Portal da JMU as informações relativas à Seção de Auditoria da Gestão de Pessoal;
- p) contribuir para a elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), conforme a área de atuação;
- q) contribuir para a elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA), conforme a área de atuação;
- r) emitir as avaliações do programa de qualidade de auditoria, conforme sua área de atuação.

3. Seção de Auditoria e Análise de Proventos, Aposentadorias e Pensões (SEPA)

- a) avaliar os atos e processos administrativos relacionados à admissão em cargo efetivo, aposentadoria e pensão, bem como emitir pareceres quanto à legalidade, e encaminhar os respectivos dados ao TCU, para fins de exame e registro;
- b) realizar consultorias em temas afetos a atos de pessoal, na forma regulamentada;
- c) auditar os processos de desligamento (exoneração, vacância e falecimento), especialmente quanto à quitação de pendências e acerto financeiro;
- d) auditar a participação de gerência ou administração em sociedade privada e exercício de comércio dos servidores do quadro da JMU, bem como a situação dos servidores no Cadastro Nacional dos Advogados da OAB, conforme proibição do exercício da advocacia.
- e) planejar as abordagens das ações de avaliação, fiscalização e de consultorias da área de atuação da Seção;
- f) executar os procedimentos e testes de auditoria acerca dos objetos examinados;
- g) avaliar a gestão de riscos e os controles de processos de trabalho nas auditorias e consultorias realizadas nas áreas de atuação da Seção;
- h) desenvolver trilhas de auditoria contínua e ratificar eventuais divergências identificadas em rubricas da folha de pagamento, nas áreas de atuação da Seção;
- i) monitorar as providências adotadas pelas unidades auditadas, em decorrência de impropriedades ou irregularidades detectadas em relação às análises dos atos de admissão em cargo efetivo, aposentadoria e pensão, manifestando-se sobre as medidas regularizadoras;
- j) analisar, monitorar e atuar como mediador entre os órgãos externos e a Diretoria de Pessoal (DIPES) quanto às diligências expedidas à JMU relativas aos atos de pessoal;
- k) elaborar recursos ao TCU, quando cabíveis, para os casos em que a Corte de Contas julgue ilegal o ato de pessoal;
- l) analisar, monitorar e atuar como mediador entre o TCU e a DIPES, quanto aos indícios de irregularidades expedidos à JMU, relativos aos atos de pessoal, e encaminhar os esclarecimentos por meio do sistema e-Pessoal do TCU;
- m) elaborar relatórios de auditoria e de consultoria da área de atuação da Seção;
- n) emitir informações e dados estatísticos das atividades realizadas anualmente para compor os papéis de trabalho do Relatório de Gestão da JMU, do Relatório Anual de Atividades (RAINT) e do Relatório de Auditoria de Conformidade dos Atos de Gestão da JMU;
- o) auxiliar e prestar assistência ao Coordenador(a) de Governança, Gestão e Pessoal em assuntos de natureza técnico-administrativa e de projetos, relativos às matérias concernentes às áreas de atuação da Seção;
- p) publicar no Portal do STM e no Portal da JMU as informações relativas à Seção de Auditoria e Análise de Proventos, Aposentadorias e Pensões;
- q) contribuir para a elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), conforme a área de atuação;
- r) contribuir para a elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA), conforme a área de atuação;
- s) emitir informações, análises ou avaliações, conforme sua área de atuação, passíveis de serem consignados na prestação de contas anual da JMU junto ao TCU;
- t) Emitir, nos casos de Tomada de Contas Especial, o relatório e o certificado de auditoria correspondente, em conformidade com o disposto nas normas regulamentares do TCU, conforme sua área de atuação;

u) emitir as avaliações do programa de qualidade de auditoria, conforme sua área de atuação.

7.3.1 - NECESSIDADES ESPECÍFICAS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA - COAUG / SEAUG / SEAUP / SEPAP

ATIVIDADES A DESENVOLVER	ÁREA	PONTOS DE DESENVOLVIMENTO	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
Desenvolver técnicas de utilização de Inteligência Artificial voltada para auditoria no setor público.	COAUG/SEAUP	Aprimoramento de conhecimentos na área de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: a verificar Modalidade: à distância.
Desenvolver habilidades e técnicas em auditorias de accertos financeiros em atos de vacância.	COAUG/SEPAP	Aprimoramento de conhecimentos na área de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: a verificar Modalidade: presencial ou à distância.
Atualizar os servidores de Auditoria Interna nas áreas de Governança Pública; Auditoria baseada em riscos, Governamental, Financeira, Tecnologia da Informação, na área de pessoal; Avaliação dos Controles Internos; Gestão de riscos; Planejamento estratégico; Ética; Combate à corrupção; Transparência e Lei de Acesso à Informação(LAI); Monitoramento da qualidade das auditorias; Monitoramento do cumprimento das determinações e avaliação dos resultados das auditorias; O papel do negociador do Auditor Interno (agente indutor de transformação); alinhamento das contratações ao planejamento estratégico; Prestação de Contas (relatório de auditoria, certificado, parecer, matriz de responsabilização); Parecer da Auditoria Interna no relatório de gestão; auditoria externa no funcionamento da auditoria interna; estrutura das unidades de controles internos do Poder Judiciário; Fraudes em licitações e contratos; metodologia para elaboração do PAA; Sistema Informatizado de Auditoria.	COAUG/SEAUG/SEAUP/SEPAP	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno no Poder Judiciário. Modalidade: à distância.
Compreender os principais conceitos do Tesouro Gerencial. Navegar pelo sistema, conhecendo suas funcionalidades. Criar e executar relatórios, explorando as ferramentas do sistema. Conhecer e criar modelos de relatórios. Criar filtros, prompts, grupos personalizados e elementos derivados, e utilizá-los na criação e execução de relatórios. Entender a estrutura da informação no Siafi. Identificar as etapas da execução da despesa e sua caracterização: dotação, empenho, liquidação e pagamento. Consultar informações sobre receitas. Executar consultas de documentos (NE, ND, NC, OB, etc.).	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Tesouro Gerencial - Noções do Tesouro Gerencial. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para acompanhar e monitorar a execução orçamentária e financeira da JMU.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira com o Tesouro Gerencial. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para: Criar Filtros, <i>Prompts</i> e Grupos Personalizados mais sofisticados; Criar Elementos Derivados; Trabalhar com Gráficos; Criar novas Métricas; Elaborar Documentos e Consultas Construídas mais aprimoradas.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Tesouro Gerencial - Avançado. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para avaliação de controles internos e certificações pelo IIA.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: AAC - Autoavaliação de Controles (IIA). Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para avaliação de controles internos e gestão de Riscos.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Gestão de riscos no setor público com base na norma ISO 31.000 (IBGP). Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver técnicas de análise de dados.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Qlikview - data analysis. Modalidade: à distância. Curso: Business Intelligence. Modalidade: à distância. Curso: Excel - Pivot Table e dashboards. Modalidade: à distância.
Desenvolver técnicas de análise de dados.	COAUG/SEAUG/SEAUP	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Implementando a auditoria por análise de dados no setor público (IBGP). Modalidade: à distância.

Desenvolver técnicas em Auditoria de Governança, Riscos e Controles.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Auditoria no setor público - processo de auditoria com foco em governança, riscos e controles (IBGP). Modalidade: à distância.
Desenvolver técnicas em Gestão de Riscos.	COAUG/SEAUG	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Gestão de Riscos no Setor Público com base na Norma ISO 31.000 (IBGP). Modalidade: à distância. Curso: Auditoria na Gestão de Riscos da Administração Pública (One Cursos). Modalidade: à distância.

7.4 - APLICÁVEL AOS SERVIDORES LOTADOS NA COORDENAÇÃO DE AUDITORIA CONTÁBIL, DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (COAUC)

Atribuições Finalísticas de cada Subunidade da Secretaria de Auditoria Interna

Coordenadoria de Auditoria Contábil, de Licitações e Contratos (COAUC)

I – propor, planejar e coordenar a realização de auditorias e consultorias, inclusive auditorias especiais, nas áreas financeira, contábil, orçamentária, fiscal e patrimonial, e dos processos de aquisições, licitações e contratações no âmbito da JMU;

II - assessorar e comunicar o Secretário de Auditoria Interna sobre os assuntos de atuação e de natureza técnico-administrativa necessários ao atingimento dos objetivos da auditoria interna previstos constitucionalmente e nos normativos vigentes;

III - coordenar o processo de elaboração da Certificação Anual de Contas com vistas a subsidiar o Secretário de Auditoria Interna sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis e a conformidade dos atos de gestão avaliados conforme a área de atuação;

IV - garantir, em conformidade com as normas editadas pelos órgãos competentes, a existência, a guarda, a exatidão e a disponibilidade dos documentos de auditoria da área de atuação;

V - coordenar, revisar e aprovar a elaboração dos planos, relatórios de resultado, papéis de trabalho, relatórios de auditoria e de consultoria, certificados e demais documentos de auditoria da área de atuação;

VI - coordenar, revisar e aprovar a elaboração dos relatórios de monitoramento das providências adotadas pelas unidades auditadas em decorrência de recomendações expedidas e das avaliações do programa de qualidade da auditoria interna.

1. Seção de Auditoria Contábil (SEACO)

- realizar auditoria financeira integrada com conformidade em contas anuais da JMU prestadas ao TCU;
- elaborar a Certificação Anual de Contas, nos termos da legislação vigente;
- realizar auditoria financeira, contábil, orçamentária, fiscal e patrimonial, de forma a assegurar que os demonstrativos e os registros contábeis reflitam a posição real do patrimônio da JMU;
- avaliar o cumprimento das metas previstas para o orçamento da JMU, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da JMU;
- avaliar a integridade, os controles internos, administrativos e o gerenciamento de riscos das unidades da JMU, conforme a área de atuação;
- avaliar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, especialmente quanto à observância dos controles estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- prestar consultoria, conforme a área de atuação, com a finalidade de agregar valor e melhorar os processos das unidades da JMU;
- monitorar as providências adotadas pelas unidades auditadas, em decorrência das recomendações expedidas, manifestando-se sobre as medidas regularizadoras;
- prestar informações e acompanhar a implementação de recomendações e determinações oriundas do CNJ, TCU e demais órgãos de controle, conforme a área de atuação;
- elaborar as avaliações e informações passíveis de serem consignadas no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), no Plano Anual de Auditoria (PAA), no Relatório de Gestão da JMU e no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), conforme a área de atuação;
- auxiliar a Coordenadoria em assuntos de natureza técnico-administrativa relativos às matérias da área de atuação;
- elaborar o relatório e o certificado de auditoria nos casos de Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto nas normas regulamentares do TCU, conforme a área de atuação;
- proceder às avaliações do programa de qualidade de auditoria, conforme a área de atuação;
- publicar no Portal do STM e no Portal da JMU as informações relativas às matérias da área de atuação.

2. Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALC)

- realizar auditorias nos processos de aquisições, licitações e contratações no âmbito da JMU, inclusive naqueles relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- fiscalizar o cumprimento, pelas unidades da JMU, das normas e das decisões judiciais e de órgãos de controle direcionadas à JMU sobre licitações e contratos administrativos;
- avaliar a integridade, os controles internos, administrativos e o gerenciamento de riscos das unidades da JMU, conforme a área de atuação;
- elaborar avaliações e informações para compor a Certificação Anual de Contas, conforme a área de atuação;
- prestar consultoria, conforme a área de atuação, com a finalidade de agregar valor e melhorar os processos das unidades da JMU;
- monitorar as providências adotadas pelas unidades auditadas, em decorrência das recomendações expedidas, manifestando-se sobre as medidas regularizadoras;
- prestar informações e acompanhar a implementação de recomendações e determinações oriundas do CNJ, TCU e demais órgãos de controle, conforme a área de atuação;
- elaborar as avaliações e informações passíveis de serem consignadas no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), no Plano Anual de Auditoria (PAA), no Relatório de Gestão da JMU e no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), conforme a área de atuação;
- auxiliar a Coordenadoria em assuntos de natureza técnico-administrativa relativos às matérias da área de atuação;
- elaborar o relatório e o certificado de auditoria nos casos de Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto nas normas regulamentares do TCU, conforme a área de atuação;
- proceder às avaliações do programa de qualidade de auditoria, conforme a área de atuação;
- publicar no Portal do STM e no Portal da JMU as informações relativas às matérias da área de atuação.

7.4.1 - NECESSIDADES ESPECÍFICAS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA - COAUC/SEACO/SEALC

ATIVIDADES A DESENVOLVER	ÁREA	PONTOS DE DESENVOLVIMENTO	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
Conhecimentos técnicos sobre Auditoria Interna.	COAUC/SEALC	Capacitação, atualização e aprimoramento de conhecimentos para melhoria das técnicas de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Tema: Auditoria Interna do Poder Judiciário com base no Manual de Auditoria do Poder Judiciário. Modalidades: presencial ou à distância (a definir).
Conhecimentos relativos à elaboração de relatórios e pareceres técnicos.	COAUC/SEALC	Capacitação, atualização e aprimoramento de conhecimentos para melhoria na elaboração dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Tema: Elaboração de Relatórios de Auditoria. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Conhecimentos técnicos relativos às Licitações e Contratos.	COAUC/SEALC	Capacitação, atualização e aprimoramento de conhecimentos em licitações e contratos.	<ul style="list-style-type: none"> Temas: Licitações e Contratos: terceirização, obras e serviços de engenharia, planejamento da contratação, gestão e fiscalização de contratos. Entendimentos e jurisprudência do Judiciário, TCU e demais órgãos de controle. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Atualização de conhecimentos técnicos e a realização de troca de informações e experiências com outros servidores que atuam na área de controle de licitações e contratos.	COAUC/SEALC	Atualização de conhecimento técnico, <i>networking</i> e benchmarking.	<ul style="list-style-type: none"> Conexão Zênite: contratações públicas e evolução, desafios e soluções, com foco em eficiência. 35ª Semana Nacional de Licitações e Contratos. 46ª Edição do CONBRAI. Modalidade: presencial.
Atualizar os servidores da COAUC quanto às boas práticas desenvolvidas por outros órgãos do Poder Judiciário e ratificadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	COAUC/SEACO/SEALC	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Fórum Permanente de Auditoria Interna do Poder Judiciário. Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno no Poder Judiciário. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para acompanhar e monitorar a execução orçamentária e financeira da JMU.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e Contábil. Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS). EFD-Reinf, eSocial, DCTFWeb, PERDCOMPWeb e Pagamento do DARF Previdenciário no SIAFIWeb. Auditoria Contábil. Análise de Balanços. Excel e sistemas correlatos, Power BI e IA aplicáveis à análise de dados do SIAFI. Folha de Pagamento no SIAFIWEB. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Atualizar os servidores quanto à Administração Orçamentária e Financeira - Gestão de Finanças Públicas, Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e Administração.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Administração Orçamentária e Financeira - Gestão de Finanças Públicas, Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e Administração. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Atualizar conhecimentos técnicos sobre a Auditoria Financeira.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: AFA - Auditoria Financeira para Auditores Internos Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Atualizar conhecimentos técnicos com a troca de informações com pares da gestão pública, permitindo a comparação de modelos e a troca de experiências.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Seminário Internacional de Contabilidade Pública/Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Pública. 45ª Edição do CONBRAI Congressos, Simpósio, Palestras, eventos relativos às atribuições da Seção. Modalidade: presencial.
Atualizar conhecimentos técnicos sobre a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais.	COAUC/SEACO/SEALC	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Novo IPPF - Conceito, prática e abordagem para implementação. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Atualizar conhecimentos técnicos para acompanhar a convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) com as normas internacionais e as mudanças ocorridas.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Avançado. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
Desenvolver habilidades para: Criar Filtros, Prompts e Grupos Personalizados mais sofisticados; Criar Elementos Derivados; Trabalhar com Gráficos; Criar novas Métricas; Elaborar Documentos e Consultas Construídas mais aprimoradas.	COAUC/SEACO	Atualização e aprimoramento de conhecimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Curso: Tesouro Gerencial - Avançado. Modalidade: presencial ou à distância (a definir).

Desenvolver habilidades quanto aos aspectos patrimoniais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), os quais demonstram conceitos em processo de convergência com as normas internacionais, trazendo, portanto, muitas dúvidas aos contadores e usuários de informações contábeis.	COAUC/SEACO	Atualização, aprimoramento de conhecimentos e melhoria das técnicas e dos relatórios de auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso: Gestão Patrimonial no Setor Público. • Modalidade: presencial ou à distância (a definir).
--	-------------	--	---

8. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS EM 2024

No ano de 2024, servidores e servidoras da Secretaria de Auditoria Interna realizaram capacitações tanto custeadas pelo Superior Tribunal Militar (STM) quanto em instituições que as oferecem gratuitamente. Atualmente, a SEAUD dispõe de 22 (vinte e dois) servidores(as) e 01 (um) militar em seu quadro funcional.

Os servidores e militares da Secretaria de Auditoria Interna realizaram, em média, 17 ações de capacitação distintas ao longo do ano de 2024, totalizando 1.351 horas de treinamento, resultando em uma média de 59 horas de cursos por servidor.

No entanto, é possível notar que nem todas as capacitações realizadas pelos servidores estão listadas na tabela apresentada, uma vez que não foram enviadas para a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES), visando a averbação, dificultando o cálculo final das horas de capacitação.

A seguir, encontra-se a relação dos cursos realizados, a respectiva carga horária e a quantidade de participantes em cada ação educacional:

AÇÃO EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Curso CIA - Parte 1: Princípios da Auditoria Interna - IIA Brasil	32	4	128
Curso CIA - Parte 2 - Prática de Auditoria Interna - IIA Brasil	32	3	96
Curso CIA Parte 3 - Conhecimento de negócios para a Auditoria Interna - IIA Brasil	56	3	168
Curso sobre o Manual de Auditoria Interna do Poder Judiciário.	70	1	70
Think Tank Integridade, Riscos e Controles Internos	100	2	200
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna - 44ª Edição do CONBRAI 2024 - IIA Brasil	18	3	54
Auditando a Gestão de Riscos Corporativos (GRC) - IIA BRASIL	24	3	72
Curso Auditoria 4.0 - Online - IIA Brasil	24	2	48
Curso Integrado de TESOUREIRO GERENCIAL, do Básico ao Intermediário	24	8	192
AUDI TI - novo - Auditoria de Tecnologia da Informação - IIA Brasil	32	1	32
Contratações de Obras e Serviços de Engenharia – Novidades e Temas Aplicados conforme a Lei n.º 14.133/2021	24	1	24
Curso de Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização	25	1	25
Curso Audi 2 - EOP - Novo - IIA Brasil	24	1	24
Curso de Controle da Administração Pública	120	1	120
Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário - Edição 2024	15	1	15
2º Encontro de Liderança e Gestão da Justiça Militar da União (JMU) - LIDERA AÍ 2024	19	1	19
Treinamento de conscientização sobre segurança cibernética para usuários da JMU	16	4	64
Total de horas capacitadas - 23 Servidores - 59 horas por servidor			1.351

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano Anual de Capacitação - PAC-Aud visa atender a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), n.º 309/2020, que institui o Plano Anual de Capacitação de Auditoria da Secretaria de Auditoria Interna - PAC-Aud / SEAUD visando o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do Auditor Interno.

Este PAC-Aud possui a previsão de 40 horas mínimas de capacitação para cada auditor, incluindo o titular desta Secretaria de Auditoria Interna, e visa promover às práticas de melhoria contínua das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Auditoria Interna ao qualificar os servidores e eleva o vértice de desempenho dos auditores que passam a desenvolver os seus trabalhos com um nível de excelência crescente.

As ações de capacitação propostas tiveram a premissa de suprir as lacunas de conhecimento identificadas por cada gestor de unidade, coordenações e seções, buscando prever inclusive as necessidades específicas de cada área de atuação, a partir dos temas das auditorias previstas no Plano de Auditoria de Longo Prazo da Justiça Militar da União (PALP/JMU) - 2022/2025 SEI n.º 2294771 e no Plano Anual de Auditoria da Justiça Militar da União - PAA/JMU - Ano 2025 - SEI n.º 3913452, bem como observando as demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os cursos de formação básica de auditores, ofertado sempre que há ingresso de novos servidores nesta Secretaria, também foi contemplado neste planejamento que possui por premissa central a preferência por instituições de reconhecimento internacional, escolas de governo ou instituições especializadas em áreas de interesse da auditoria.

Quando a execução do presente buscar-se-á uma atuação conjunta com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no intuito de fortalecer a relação de parceria entre os órgãos supracitados, agregando experiências dos diferentes órgãos do Poder Judiciário, bem como buscando baixar os preços quando das contratações, zelando assim pelo princípio da economicidade na Gestão Pública.

Convém esclarecer que, caso haja necessidade, poderá ocorrer o remanejamento de servidores entre as turmas de capacitações a serem realizadas, independentemente de sua lotação originária. De igual forma, o presente PAC-Aud refere-se a uma estimativa de planejamento de capacitações, e a depender da urgência e necessidade de cada área, poderão ser realizados outros cursos não previstos no presente plano.

Conforme preceitua o art. 3º da [Resolução n.º 308/2020](#) do Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal Militar dará suporte orçamentário no valor de R\$ 125.400,00 (cento e vinte cinco mil e quatrocentos reais) visando garantir o funcionamento adequado da Secretaria de Auditoria Interna e a implementação do PAC-Aud - Ano 2025, conforme proposta orçamentária apresentada no Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle (SIPOC).

Por fim, salienta-se que a não contratação dos cursos constantes neste Plano poderá implicar no cancelamento de auditorias ou consultorias, uma vez que a complexidade dessa atuação exige um conhecimento elevado e prévio da equipe técnica que executará os trabalhos.

10 - EQUIPE TÉCNICA

Elaboração

Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna (GABSEAUD)

Rogers Gonçalves Velloso de Assis

Elisângela Ghiraldo Neves

Colaboração

Coordenadoria de Auditoria de Governança, Gestão e Pessoal (COAUG) - Helenice Silva Perezino

Seção de Auditoria de Governança e Gestão (SEAUG) - Mônica Cardozo de Araújo

Seção de Auditoria de Pessoal (SEAUP) - Lincoln Marques de Melo

Seção de Auditoria de Provisões, Aposentadorias e Pensões (SEPAP) - Paulo Claudino Ferreira

Coordenadoria de Auditoria Contábil, de Licitações e Contratos (COAUC) - Valdenor Mendes Fernandes

Seção de Auditoria Contábil (SEACO) - Lucilene Goudinho Ferreira

Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALC) - Priscylla Souza de Sá

Atenciosamente,

ELISÂNGELA GHIRALDO NEVES
Assistente de Gabinete
Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD)

1. De acordo.
2. À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente deste Superior Tribunal Militar, nos termos propostos.

Respeitosamente,

ROGERS GONÇALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA GHIRALDO NEVES, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 28/11/2024, às 17:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERS GONÇALVES VELLOSO DE ASSIS, SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA**, em 28/11/2024, às 17:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3996211** e o código CRC **F2DE3BD3**.